

PESQUISA DO ESTADO DA ARTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL E A COMPREENSÃO DO INDIVÍDUO NO MEIO SOCIAL

Edinéia Lopes (UNICENTRO) - edilopes.adm@gmail.com

Carlos Alberto Marçal Gonzaga (Instituição - a informar) - gonzaga@irati.unicentro.br

Maria Fernanda Bagarollo (UNICENTRO) - maria.fer@uol.com.br

Resumo:

A temática que envolve as atividades rurais vem ganhando destaque em meio aos pesquisadores e demais envolvidos, ela apresenta uma importância significativa através da produção de alimentos para o consumo interno, necessitando de um maior reconhecimento por parte da sociedade em geral, no sentido de valorizar a produção não industrializada. Dessa forma, considerando a importância das discussões que envolvem a valorização do pequeno produtor rural, a presente pesquisa buscou analisar os estudos publicados nos últimos anos sobre as formas de desenvolvimento comunitário que se dá através de projetos sociais, políticas públicas e pesquisas sobre a compreensão do indivíduo no meio rural. Portanto, optou-se pela pesquisa do Estado da Arte através de publicações em periódicos considerando o período de 2006 a 2015. Os estudos abordam sobre o desenvolvimento comunitário rural no que diz respeito a programas sociais e de políticas públicas, bem como o impacto da agricultura no âmbito de pertencimentos grupais, culturais e de identidade. Os resultados apontam que há efetividade dos programas, mas que ao mesmo tempo existem questões que não fazem parte da realidade das comunidades rurais, e acabam não contribuindo para o desenvolvimento do mesmo.

Palavras-chave: *agricultura familiar, identidade, realidade social, desenvolvimento humano.*

Área temática: *GT-03 Análise Reflexiva da Prática nas Organizações: Contemplando Diferentes Áreas do Conhecimento*

1. INTRODUÇÃO

A importância do segmento das atividades rurais vem ganhando destaque em meio aos pesquisadores, entidades governamentais e demais envolvidos que apoiam as comunidades do campo. Portanto, o desenvolvimento não pode ser limitado apenas no que diz respeito ao econômico, pois quando se fala em comunidade o desenvolvimento também abrange fatores relevantes ao sistema político, cultural e social.

A presente pesquisa trás conceitos e discussões a partir de uma pesquisa do Estado da Arte sobre o desenvolvimento comunitário e seus aspectos gerais mais relevantes que influenciam o indivíduo social. Foi realizada uma busca procedente de vários pensadores que articulam o desenvolvimento de forma a integrar as variáveis econômicas e sociais no que tange a melhoria da qualidade de vida através do reconhecimento da cultura agrícola e o trabalho desenvolvido nas comunidades rurais.

A condição do reconhecimento é destacada neste estudo evidenciando que as identidades culturais assumidas pela sociedade resultam na validade das normas do convívio social. Essa questão, muitas vezes imposta, pode atacar a dignidade e o não reconhecimento da cultura de um povo, desrespeitando a sua identidade, fator este que os tornam capazes de criar relações e exercer a sua cidadania (PIRES & ZAMBAM, 2014).

Dessa forma, a pesquisa abordou conceitos sobre a agricultura familiar e a realidade das comunidades, sua importância para a sociedade, aspectos relacionados à modernização da agricultura e seus impactos para o desenvolvimento das pequenas comunidades do trabalho agrícola. Trata-se também da construção e formação da identidade dos indivíduos, bem como das comunidades rurais, pertencças grupais e a realidade como fator de desenvolvimento. Essa questão envolve toda a cultura e realidade vivida pelos pequenos agricultores, como cita Miranda (2010), a cultura sempre teve um papel central para o desenvolvimento humano, ela engloba a criação e transmissão de uma visão de mundo, de conhecimento, de experiência de vida; ela estrutura formas de socialização e relação com os outros.

A pesquisa também levantou conceitos e interpretações sobre a concepção do desenvolvimento rural interligando a questão da identidade e realidade do pequeno agricultor de forma a abordar conceitos sobre o desenvolvimento a partir da ótica econômica social e humana, e as dificuldades encontradas pelas comunidades rurais. O apoio na dimensão local é um fator importante para a valorização da produção agrícola familiar, com a intenção de que os produtores sejam gratificados e que suas condições de vida sejam dignas.

Os conceitos abordados foram analisados para compreender o que já se tem conhecimento sobre essas teorias e relacioná-las com as práticas de programas que visam o desenvolvimento rural e o impacto da agricultura no âmbito do reconhecimento e pertencimentos grupais. Nesse contexto, o objetivo do estudo tem a intenção de pesquisar os estudos publicados nos últimos anos sobre as formas de desenvolvimento comunitário que se dá através de projetos sociais, políticas públicas e pesquisas sobre a compreensão do indivíduo no meio rural, permitindo avaliar os resultados obtidos pelos mesmos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A REALIDADE DAS COMUNIDADES

A emergência da expressão da agricultura familiar surgiu no contexto brasileiro a partir da década de 1990. Neste período ocorreram alguns eventos que ocasionaram impactos sociais e políticos no meio rural. No cenário social e político a agricultura de pequena escala foi relacionada à legitimação no que diz respeito às políticas públicas de interesse da agricultura, bem como aos movimentos sociais (SCHNEIDER, 2003).

O produtor agrícola familiar é conceituado, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Art. 3º, como agricultor familiar e empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, e atende aos seguintes requisitos:

- i. não detém, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- ii. utiliza mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- iii. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- iv. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO 2006, p. 3)

Portanto, o agricultor familiar possui os seus próprios recursos através da família e possuem formas próprias de atividades econômicas para geração de renda e reprodução cultural. Petrini (2012) cita que na história da humanidade, a produção de alimentos, sua conservação e distribuição, criaram um patrimônio de conhecimentos transmitido ao longo do tempo. A distribuição do conhecimento é também a distribuição do trabalho (DUARTE, 1994), sendo que o conhecimento do trabalho rural pode ser considerado como principal elemento que caracterizou as comunidades.

Para Bauer & Mesquita (2008) a agricultura familiar apresenta uma grande importância desde os tempos da imigração ocorrida no Sul do país, através da produção de alimentos para o consumo interno, mas ela permaneceu por muito tempo distante das políticas

agrícolas do governo, voltadas para a geração de divisas através da exportação. Carvalho (1992) *apud* Mendes & Ichikawa (2010) complementam citando que a pesquisa agrícola brasileira foi mais focada em estimular questões que envolvem as necessidades dos grandes produtores de culturas de exportação do que às necessidades dos pequenos e médios produtores de interesse alimentar.

Portanto, ficou predominante a visão do trabalho rural como sendo uma agricultura modernizada que estava ligada aos complexos agroindustriais, mas esta modalidade ganha relevância com o desenvolvimento tecnológico das grandes propriedades e com a constatação de que a pequena agricultura era a responsável pelo abastecimento do mercado interno (MENDES & ICHIKAWA, 2010). Desse modo, como citam Freitas, Freitas & Dias (2012), o trabalho agrícola obtém valor a partir do reconhecimento como categoria social e política no contexto de mudanças sociais que se desdobram a partir de meados dos anos 1980.

Com o desenvolvimento das grandes propriedades rurais, e também visualizando o cenário do pequeno produtor rural, bem como a opressão do mercado sobre essa agricultura tradicional, é que o Estado voltou-se para as questões relacionadas às pequenas propriedades da agricultura. Dessa forma, o objetivo era introduzir mudanças ou adaptações para que a pequena propriedade pudesse concorrer no mercado interno, o que poderia impedir a exclusão, desvalorização e o empobrecimento desses pequenos produtores. (FREITAS, FREITAS & DIAS, 2012)

Para Mendes & Ichikawa (2010), esse processo de introdução de mudanças ou modernização da agricultura das pequenas propriedades é um problema para a sociologia rural, pois o impacto das mudanças em curto prazo reflete muito da resistência de vários pequenos produtores às mudanças propostas. De maneira geral, essa introdução de mudanças ou renovação das práticas de trabalho ou da cultura das comunidades rurais deve ser revigorada a partir da realidade dos mesmos, pois normalmente o pequeno agricultor sente dificuldades no que diz respeito às limitações de organização do trabalho, ficando clara a barreira enfrentada para ter acesso ao mercado consumidor. Nessas condições, a sobrevivência dos produtores pode ficar comprometida quando comparada às grandes propriedades (AGROANALYSIS FGV, 2009).

Perante as constatações dos autores citados, pode-se perceber que é preciso construir uma identidade de forma a obter reconhecimento no meio social em que estes vivem, ou seja, tanto pela sociedade externa quanto pelo grupo pertencente, pois sendo o homem o construtor da realidade, em sua vida cotidiana ele não se percebe assim. O homem percebe-se como estando submetido à realidade, como sendo conduzido pelo meio externo (DUARTE, 1994).

2.1.1A construção da identidade

A identificação é um ato de marcar algo, significa reconhecer algo ou alguém. A identidade pode ser entendida de forma lógica, existindo uma objetividade que diz respeito às tipificações atribuídas a pessoas, grupos ou organizações com que o indivíduo pode se identificar, e também existe uma subjetividade, na tentativa do indivíduo integrar essas identidades sociais em uma narrativa coerente com si mesmo (BAUER & MESQUITA, 2008). Dessa forma, a construção da identidade está sempre em processo através de constante reposicionamento que interage com outras identidades e com grupos sociais. As identidades são múltiplas, fragmentadas, complexas e contraditórias, e estão sempre sujeitas a mudanças (MELO, 2009).

Para Bauman (2005) *apud* Melo (2009) o pertencimento e a identidade não têm solidez e não são garantidos para toda a vida, pois são revogáveis, e as decisões que o próprio indivíduo toma e a maneira como age, são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto a identidade. Assim, o indivíduo é obrigado a modificar e definir a sua identidade, sem ser permitido que se fixe a uma delas, causando assim conflitos nas relações interpessoais. Para Fuhrmann (2013) os indivíduos desenvolvem a sua identidade e são reconhecidos em meio a um grupo a partir das relações de amor com o próximo, na prática institucional do direito e da justiça, e na convivência em grupo perante a solidariedade em comunidade.

Isso remete às tradições construídas a partir da vivência de uma determinada cultura, como Panikkar (2002) relata, as tradições devem ser renovadas, mas não extintas, e renovadas constantemente através das dinâmicas entre povos, das crenças e do existir que molda o homem em cada experiência vivida, para que a cultura existente em cada localidade continue existindo e se revigorando. Portanto, a construção da identidade é um processo pelo qual define a cultura e o desenvolvimento do indivíduo, pois a identidade é constituída por diversos elementos que são incorporados à sua história de vida de acordo com suas identificações. A formação da educação e de elementos que constituem o intelecto humano é de grande influência nesse processo, construindo assim uma identidade a partir das suas atitudes passadas e projetos futuros (BONILHA & SACHUK, 2011).

Para Duarte (1994) a linguagem torna o homem humano, sendo que este pode pensar em si próprio e tornar-se objeto de sua reflexão. Dessa maneira, a educação é um elemento significativo para a construção da identidade, pois a linguagem também faz parte deste, sendo um sistema simbólico pelo qual representa as coisas do mundo e pelo qual recebe significação da realidade.

2.1.2A realidade como fator de desenvolvimento

Como visto, o indivíduo interpreta suas vivências para definir quem é e para assumir uma identidade. A sociedade como um todo, também faz parte para a construção e/ou renovação da identidade, oferecendo aos indivíduos, elementos socialmente válidos e encarados como uma realidade objetiva, que é tida como forma de sentido para essa identidade. (BAUER & MESQUITA, 2008)

Ainda segundo os autores acima citados, cada comunidade e indivíduo atuam e vivem conforme a realidade presenciada no meio social, e para que estes vivam em constante desenvolvimento é necessária troca de conhecimento entre os entes mais próximos e também externamente à comunidade, tanto que seja significativo para o indivíduo. Para Duarte (1994) a construção da realidade depende da maneira como o conhecimento é disposto na sociedade, entendendo desta forma o conhecimento não apenas em seu sentido teórico, mas também prático. Portanto, o acervo de conhecimentos vai desde os indivíduos que adquirem o saber intelectual, a partir de estudos científicos, até o saber manual e prático, como é o caso dos indivíduos pertencentes às comunidades rurais.

Para Mendonça (2012) o reconhecimento da realidade do indivíduo mostra que essa linha de pensamento crítico não pode se limitar a somente estudar a realidade dos povos, mas sim, rever a origem dessas condições e dos problemas enfrentados pelos indivíduos que compõem o grupo, para que então, se possa contribuir para um mundo menos opressivo, justo e que seja de entendimento a partir das raízes dos problemas enfrentados, possibilitando trabalhar o desenvolvimento dos envolvidos.

Duarte (1994) completa as suas colocações de forma a entender que não se pode falar em realidade, mas em realidades, no plural, pois a sociedade se apresenta com uma nova face cada vez que o indivíduo muda a sua perspectiva sobre ele, bem como o fato de cada pessoa apresentar determinado comportamento devido à formação da sua identidade. Portanto, a realidade não é algo dado, pois o homem é o construtor do mundo e o edificador da realidade.

Para que o homem consiga interpretar e construir a realidade, esse processo deve passar por um sistema lingüístico empregado pela comunidade, pois a linguagem de um povo é o sistema que lhe permite organizar e interpretar o meio em que vive, bem como coordenar as suas ações, sendo este denominado socialização (DUARTE, 1994). O processo de construção da identidade e conseqüentemente da sua realidade são processos necessários para o desenvolvimento humano do homem, pois sem essa construção o indivíduo pode não sentir-se dono de si e pertencente aos elementos que o constituem na sociedade.

3. A CONCEPÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento oferece a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e na prática, construir e gerir as políticas de identidade e cultura de maneira consistente (MATOSO, 2010). Mas o nível de desenvolvimento de um país, estado ou município era medido, antes de 1990, de acordo com o valor de seu Produto Interno Bruto (PIB), sem incluir questões relacionadas à qualidade de vida dos cidadãos. Foi a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelas Nações Unidas em maio de 1990, que um novo enfoque do conceito de desenvolvimento surgiu, visando assegurar o bem-estar dos indivíduos (MEDEIROS & CAMPOS, 2012).

Desde quando foi concebido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) enfatiza três opções do desenvolvimento, podendo então, desfrutar uma vida saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para viver com dignidade (MEDEIROS & CAMPOS, 2012). Nota-se que as opções de desenvolvimento ainda não atendem totalmente a todas as comunidades, pois há uma preocupação crescente com a produção para servir os interesses do consumo, e com a propagação do excesso. Com isso, os indivíduos se preocupam mais em atender as expectativas dos consumidores do que com o seu próprio desenvolvimento humano. (BAUMAN, 2003).

A construção de objetos de desejo, de personalidades, modos de construir a identidade se torna uma tarefa opressiva que se disfarça de escolha cada vez mais variada (BAUMAN, 2003). A partir disso, deve-se pensar em uma nova forma de economia, de modo que se valorize o capital intelectual e o desenvolvimento humano, de modo que no futuro seja possível manter a capacidade de produção e de consumo em níveis compatíveis às necessidades humanas.

No que diz respeito ao nível de desenvolvimento praticado sob a ótica econômica, Stiglitz (2007) *apud* Freitas, Freitas & Dias (2012) descreve que a noção de crescimento econômico demonstrou ser reducionista, pois limitou o foco das ações de promoção de desenvolvimento a uma concepção voltada somente para os processos econômicos, geralmente vinculados à inovação tecnológica, considerando a produção rural sob o aspecto de quantidades e rendimentos, resultando desse modo em um ideal produtivista.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o que predominava era a emergência das indústrias agroalimentares incorporado em uma dinâmica de sistemas econômicos. A agricultura familiar era vista como atrasada, em relação aos setores industriais. Dessa maneira, a agricultura de pequena escala é inserida nas políticas de crescimento econômico, tendo em vista facilitar o

trabalho rural por meio de tecnologias, políticas de crédito e assistência técnica, influenciada pela Revolução Verde, sendo esta, denominada uma abordagem como sendo um paradigma do crescimento das comunidades rurais por meio da produção em pequena escala (FREITAS, FREITAS & DIAS, 2012).

Para Harvey (2003) *apud* Blatrame, Dornelas & Grzybovski (2013), é necessário antes, investigar as contínuas revoluções em tecnologia, relações sociais, hábitos de consumo, estilos de vida e as características da história capitalista para compreender a dinâmica do desenvolvimento desigual. Dessa maneira deve-se investigar a importância do desenvolvimento humano e fatores que contribuem para o reconhecimento das comunidades rurais.

O fortalecimento da pequena produção rural também tem sido vista como uma forma de desenvolvimento sustentável, pois esta atividade contribui para a criação de atividades tanto agrícolas como não agrícolas, despertando o interesse de algumas pessoas em habitar no campo, contribuindo para que as famílias permaneçam ou se fixem no meio rural. Essa questão contribui para a minimização do êxodo rural e a conscientização de uma educação para o campo, como vários outros fatores que envolvem a cultura, formação de identidade e projetos para a agricultura de pequena escala (FAUTH, 2008 *apud* TOMEI, LIMA & SOUZA, 2014).

Até meados da década de 90 os pequenos agricultores tinham pouco acesso às políticas públicas e projetos governamentais existentes, ou então, os disponíveis não correspondiam às expectativas e demandas para desenvolvimento da terra e da comunidade. Com o acesso aos programas de fortalecimento, melhoramento da qualidade de vida e reconhecimento social, os pequenos produtores se depararam com um processo de transformação e adaptação dos seus interesses, sistemas de produção e muitas vezes da sua cultura (TOMEI, LIMA & SOUZA, 2014).

A partir do objetivo proposto, abordaram-se os presentes conceitos no que permeiam o desenvolvimento e alguns fatores sociais necessários para o reconhecimento e formação do ser humano. Dessa forma, é possível dizer que os autores citados durante a revisão bibliográfica e pesquisa do estado da arte abordam questões amplas sobre as temáticas, e que as mesmas devem ser levadas em consideração para uma possível reformulação do pensamento no que diz respeito ao reconhecimento dos grupos e indivíduos pertencentes a esta sociedade.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme objetivo proposto, o presente artigo buscou levantar estudos publicados nos últimos anos sobre as formas de desenvolvimento comunitário que se dá através de projetos sociais, políticas públicas e pesquisas sobre a compreensão do indivíduo no meio rural, permitindo avaliar os resultados obtidos pelos mesmos. Estes foram selecionados visando encontrar estudos que tratassem das diferentes maneiras de gerar desenvolvimento para os indivíduos ou grupos pertencentes a uma mesma comunidade.

Esse processo foi realizado a partir de uma coleta de dados denominada pesquisa do Estado da Arte, ou seja, é um estudo de caráter bibliográfico que traz o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diversos campos do conhecimento, destacando em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas estas pesquisas. Também se enquadra com a metodologia de caráter descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar (FERREIRA, 2009).

Portanto, a pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009 p. 21). A autora complementa citando que esse conjunto de fenômenos humanos é percebido como parte dos fatos sociais, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre as atividades que realiza. Sendo assim, a presente pesquisa vem a produzir informações pertinentes às comunidades rurais, analisando os diferentes aspectos em relação à construção ou evolução do seu desenvolvimento.

A coleta de dados teve início com a determinação das palavras-chaves relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, rural e humano, economia familiar e rural, comunidade rural, agricultura familiar, políticas públicas e cultura agrícola. Após, os artigos foram selecionados em sites de periódicos dentro do campo das ciências administrativas via base de dados SCIELO, (Revista Interações e Revista de Economia Social Rural-RESR), Revista de Administração Eletrônica (RAE), Revista de Administração Pública (RAP) e Cadernos EBAPE FGV.

Para análise da temática foram verificados os títulos, os resumos e as palavras-chave. Após seleção, foi realizada a leitura dos dados e resultados presentes nos estudos, para assim, identificar a vinculação efetiva das comunidades rurais com a temática desenvolvimento.

Portanto, o processo de seleção dos artigos seguiu um roteiro de inclusão e exclusão de estudos. Quanto ao conteúdo, foram incluídos artigos que apresentaram a temática central

relacionadas ao desenvolvimento de comunidades rurais, tanto na questão da construção da identidade e da realidade, inclusão social, reconhecimento e desenvolvimento econômico, publicados entre os anos de 2006 a 2015. Foram considerados somente artigos publicados em português e excluídos os que não atenderam ao objetivo e aos critérios de inclusão proposto, desta forma, resultando em 7 (sete) estudos para análise de dados.

A leitura dos artigos selecionados a partir da pesquisa do Estado da Arte foi utilizada para análise de dados deste artigo, bem como para o embasamento teórico do mesmo, além da utilização de bibliografias pertinentes para discussão e embasamento da pesquisa.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o objetivo proposto no presente estudo e a metodologia utilizada, foram selecionadas pesquisas relevantes para contribuir com a temática central que tratam sobre programas e evolução do desenvolvimento rural, bem como o impacto da agricultura no que diz respeito ao reconhecimento das comunidades. Ressalta-se que as pesquisas escolhidas passaram por um processo de seleção para se enquadrar nos requisitos propostos na metodologia deste, como segue.

O primeiro estudo vem com o propósito de analisar os objetivos do Pronaf no contexto do desenvolvimento econômico. Esta pesquisa foi realizada por Silva & Bernardes (2014) a partir de buscas nos endereços eletrônicos (*sites*) do Palácio do Planalto, Banco Central do Brasil (Bacen), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e profissionais que trabalham com o Pronaf.

A partir da análise de dados, constata-se que os documentos revisados não sugerem muitos meios de verificação, tornando difícil uma avaliação precisa do cumprimento das ações propostas pelo programa. Os indicadores pesquisados não garantem que esteja ocorrendo a adequada difusão de tecnologia, visitas técnicas e reuniões. A análise realizada com os técnicos também não foi positiva, pois foi constatado que os mesmos não conhecem claramente os objetivos do Pronaf. Portanto, verificou-se que o projeto não é apresentado de forma consistente.

Napescisa de Bonilha & Sachuk (2011), o foco foi compreender de que forma a tecnologia social contribuiu para o processo de construção da identidade das artesãs de uma comunidade a partir do projeto Seda Justa. Dessa forma, constituiu-se uma cooperativa possibilitando a ampliação do número de produtoras rurais que hoje se dedicam à comercialização de determinados produtos.

A partir da pesquisa com a comunidade tem-se como resultados a auto-realização das artesãs com o trabalho da cooperativa, sentindo-se mais ativas e dando sentido às suas competências em busca de um melhor estilo de vida, já que as mesmas demonstraram desempenhar um trabalho de cooperação mútua. A pesquisa mostra que a tecnologia social contribuiu para o processo de construção e constituição da identidade das artesãs da comunidade da vila rural a partir do reconhecimento do trabalho artesanal, econômico-financeiro e do desenvolvimento social. Por meio deste, as produtoras também foram reconhecidas pelo meio externas à vila, surgindo a comercialização dos produtos para o exterior.

O artigo de Mota *et al* (2014) trata da experiência de um grupo de mulheres extrativistas na comercialização de frutas silvestres no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo este o primeiro incentivo à comercialização formal oferecido à comunidade estudada. Os dados relatam o desconhecimento das regras de funcionamento estrutural do programa por parte das catadoras, em contrapartida, observa-se melhoria na autoestima das mesmas por meio do reconhecimento das suas existências, pelo sentimento de valorização do próprio trabalho, e reconhecimento econômico. As catadoras apresentam dificuldades para prever quanto podem coletar, além de dependerem de um fruto que é sazonal e disputado por muitas pessoas.

A pesquisa conclui que o programa contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das catadoras em curto prazo, mas por outro lado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não garante a efetividade e força de vontade das catadoras na atividade, ilustrando como cita o autor, como a chamada “satisfação de necessidades práticas”, pois as participantes percebem as vantagens atribuídas à atividade, mas não consideram o programa como uma alavanca para a transformação de poder.

Outro estudo sobre o desenvolvimento rural é apresentado na pesquisa de Aquino & Lacerda (2014) que analisam as condições de reprodução econômica dos agricultores enquadráveis no Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado do Rio Grande do Norte. As informações foram obtidas por meio do processamento de tabulações especiais da segunda apuração do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. A pesquisa mostra que os estabelecimentos enquadráveis no grupo do referido programa antes eram dirigidos por homens que apresentavam um elevado índice de analfabetismo e pouca participação nas cooperativas. Os agricultores ligados à família do produtor trabalhavam sem tecnologias apropriadas, sem crédito e assistência técnica.

Dispondo de pouca ou nenhuma produção para comercializar e inseridos em estruturas de mercado que dificilmente garantem a apropriação dos pequenos excedentes gerados, os agricultores do Grupo B se tornam dependentes de outras fontes de renda para sobreviver, como as aposentadorias rurais e dos programas sociais do governo. De modo geral, essas receitas garantiram a renda que assegura liquidez mínima nas propriedades, diminuindo a precariedade das condições de reprodução econômica e contribuindo para manter as famílias produzindo e vivendo no campo.

Medeiros e Campos (2012) apresentam um artigo que trata sobre os impactos socioeconômicos do Programa Reforma Agrária Solidária perante as comunidades beneficiadas. Os autores mensuraram o desenvolvimento humano das comunidades através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHI) e do Índice de Condições de Vida (ICVI) dos imóveis beneficiados pelo Programa Reforma Agrária Solidária.

A partir da análise de dados constata-se efetiva contribuição do referido Programa para a elevação de emprego e de renda, mais especificamente através do aumento da renda familiar e do melhor desempenho econômico das atividades agropecuárias. A análise dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico revelou que as comunidades se encontram em baixo desenvolvimento humano e em médias condições de vida, quando analisadas sob a ótica do Índice de Condições de Vida.

Pode-se observar na pesquisa que o Programa despertou a satisfação do produtor em trabalhar na terra, sendo esta não só uma satisfação por reconhecimento econômico, mas também por prazer de realizar uma atividade que faz parte de suas competências e cultura antepassada.

A coleta de dados para este estudo também envolveu pesquisas relacionadas com a evolução e compreensão do desenvolvimento dos indivíduos pertencentes à comunidade rural, como apresentam os autores Padua, Schlindwein & Gomes (2013). Esta pesquisa vem com o intuito de caracterizar a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul a partir de um levantamento de dados com base nos censos agropecuários divulgados pelo IBGE, nos anos de 1996 e 2006. Tal pesquisa revela que a expansão da agricultura familiar tem gerado bons resultados para a economia brasileira, visualizando o aumento da renda, inclusão social, melhor qualidade de vida, assim como geração de empregos.

Ao avaliar o PIB da agricultura familiar em nível nacional, os autores da pesquisa constatam que os percentuais mantiveram-se constantes. No que diz respeito ao estado do Mato Grosso do Sul, este apresentou melhores resultados com um crescimento entre os

períodos analisados. Pode-se constatar também que tanto no Brasil, como no Mato Grosso do Sul, a atuação da agricultura orgânica é muito baixa, sendo entendida como uma possível falta de incentivo de produção aos agricultores, bem como campanhas de conscientização para o consumo de orgânicos por parte da comunidade local.

Por fim, no estudo de Bauer & Mesquita (2008) o objetivo foi compreender a experiência vivida pelo produtor na agricultura ecológica, bem como as pertencas grupais definidoras da identidade social. Portanto, as ações transformadoras nesta pesquisa são os projetos da agricultura ecológica das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das cooperativas em diferentes localidades rurais.

A pesquisa mostra que a agroecologia foi introduzida pelos agentes como parte de um resgate de práticas dos antepassados com sentido para o agricultor, mesmo assim, em muitas situações cotidianas as diferenças regionais e individuais dos produtores emergiram, após a sua implantação. Portanto, o projeto de agroecologia só pode ser aceito pelos agricultores na forma de uma realidade legítima. Nesse caso os agricultores necessitam da pertença a um grupo ou organização que permita aos mesmos, perceber a agroecologia como uma realidade possível.

As pesquisas levantadas para o presente artigo, bem como os seus resultados, apontam que os programas citados objetivaram o desenvolvimento da comunidade, mas que somente alguns cumpriram e contribuíram positivamente para o benefício dos envolvidos, sendo possível identificar questões que elevaram de alguma forma, o desenvolvimento das comunidades. Em contrapartida, outros projetos alteraram a realidade ou apenas não contribuíram para mudanças justas e significativas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo buscou-se analisar as formas de desenvolvimento humano que se dá através de projetos sociais, políticas públicas e pesquisas sobre a compreensão do indivíduo no meio rural. A pesquisa demonstrou estudos que descrevem os impactos causados pelos programas nas comunidades após a implantação de atividades que visavam o desenvolvimento das mesmas.

Dessa forma, foram levantados os principais estudos sobre a temática central a partir de uma pesquisa do Estado da Arte. Os resultados obtidos apontaram questões de desenvolvimento rural no que diz respeito a programas como o PRONAF, o PAA, projeto de tecnologia social no processo de construção da identidade, programa de reforma agrária

solidária, evolução do desenvolvimento em relação a projetos específicos da agricultura familiar, bem como o impacto da agricultura ecológica no âmbito de pertenças grupais e de identidade.

Conforme observado, existem estudos que sinalizam positivamente os programas voltados para o desenvolvimento comunitário, contribuindo para o processo de construção e constituição da identidade dos indivíduos a partir do reconhecimento do trabalho rural numa perspectiva de evolução econômico-financeira e de desenvolvimento social, como mostra o estudo de (PADUA, SCHLINDWEIN & GOMES, 2013).

Estudos como os de (PADUA, SCHLINDWEIN & GOMES, 2013; MOTA *et al*, 2014; AQUINO & LACERDA, 2014; MEDEIROS & CAMPOS, 2012;) também apresentam resultados positivos em relação às práticas de desenvolvimento ao pequeno produtor, mas em contrapartida, apresentaram algumas dificuldades e pontos negativos em relação aos programas. No que diz respeito à contribuição dos projetos, os resultados das pesquisas apresentaram expansão da agricultura familiar com vistas a geração de emprego, renda e inclusão social. Outros, incentivo à comercialização formal pela comunidade, melhoria da qualidade de vida e diminuição da precariedade das condições de reprodução econômica.

Em relação aos pontos negativos dos referidos estudos têm-se a falta de instrução e auxílio para tomadas de decisão para com o pequeno produtor, e a ausência de campanhas para conscientização do consumo da produção orgânica por parte da comunidade local. Alguns estudos não garantem a apropriação dos excedentes gerados, necessitando o produtor buscar outras fontes de renda para complementação; tem-se também como ponto negativo a não consideração do programa como meio de transformação do poder e baixo desenvolvimento humano dos indivíduos envolvidos.

Perante as pesquisas que apresentaram somente a não consistência dos programas, estes resultaram em agricultores insatisfeitos com o método de aplicação dos projetos e o não cumprimento dos objetivos que o regem, bem como a falta de instrução dos técnicos de apoio. A questão do não enquadramento do programa com a realidade da comunidade também se mostrou em um determinado estudo, como apresentado a partir dos autores (SILVA & BERNARDES, 2014; BAUER & MESQUITA, 2008).

Os resultados apresentam efetividade dos programas, mas que ao mesmo tempo existem questões que não fazem parte da realidade das comunidades rurais e que acabam não contribuindo para o desenvolvimento destes. Portanto, nem todos os programas de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura são totalmente efetivos, pois a implantação de novos conhecimentos ou práticas de trabalho vão muito além da simples efetivação de

projetos. Essa questão deve ser tratada por meio da concepção de Duarte (1994), como uma construção a partir da realidade, pois este é um processo fundamentalmente social que envolve comunidades humanas que produzem conhecimento e cultura, distribuem-no entre os seus membros e, assim, edificam a sua realidade.

Dessa forma, com base nos conceitos apresentados, os projetos de desenvolvimento rural devem obter a troca de conhecimento entre as comunidades a fim de perceber as reais necessidades, e assim, tanto que seja significativo para o grupo, tentar realizar em conjunto as mudanças e renovações necessárias para atingir o nível de desenvolvimento desejado pelos envolvidos. Considerando a realidade das comunidades rurais, conclui-se que as mesmas necessitam de apoios visando o desenvolvimento e reconhecimento, pois estas são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno e capazes de transformar a economia e as relações entre os grupos sociais.

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa do Estado da Arte considerando alguns critérios de inclusão e exclusão, com o objetivo de avaliar os estudos que apresentassem as formas de desenvolvimento comunitário e a compreensão do indivíduo no meio rural. Considerando os resultados da análise realizada, seria de grande importância prosseguir os estudos nesta linha de pesquisa, já que os resultados apontam a efetividade de alguns programas, mas também, questões que não contribuem para o desenvolvimento perante a realidade das comunidades rurais.

Portanto, indicam-se para futuros estudos, pesquisas envolvendo os agentes responsáveis pela aplicação e fiscalização dos programas e projetos estabelecidos pelo Estado, pois a partir desta visão torna-se possível analisar o ambiente como um todo a partir do indivíduo que tem contato direto com a aplicação dos programas e a convivência com o pequeno produtor. Essa pesquisa pode possibilitar a análise dos pontos positivos, negativos e os fatores a serem melhorados em meio aos projetos desenvolvidos, já que os agentes são cumpridores da lei estabelecida e podem contribuir com alternativas de melhoria destas atividades, se houver flexibilidade e gestão participativa.

7. REFERÊNCIAS

AGRO ANALYSIS FGV. Estratégias de integração: Desafios da pequena propriedade. Revista de Agronegócios FGV. Abril, 2009. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=638> Acesso em: 08.set.2015.

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA, Marta Aurélia Dantas de. **Magnitude e Condições de Reprodução Econômica dos Agricultores Familiares Pobres no Semiárido Brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2014.

BAUER, Márcio André Leal. MESQUITA, Zilá. **Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais.** UFRG. Revista de Administração Eletrônica – RAE, 2008, vol. 48 • nº3, 0034-7590.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

BELTRAME, Betina; DORNELES, Felipe R.; GRZYBOVSKI, Denize. **Teorias do desenvolvimento: um olhar a partir de David Harvey.** Anais do III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis, 2013.

BONILHA, Maíra Coelho; SACHUK, Maria Iolanda. **Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança.** FGV CADERNOS EBAPE. BR, v. 9, nº 2, artigo 10, Rio de Janeiro, 2011.

DUARTE JÚNIOR, J.F. **O que é realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas estado da arte.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FREITAS, Alan Ferreira de, FREITAS, Alair Ferreira de, DIAS, Marcelo Miná. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas.** UFV. Rev. Adm. Pública - Rio de Janeiro, 1575-97, 2012.

FUHRMANN, Nadia. **Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, jan./jun. 2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Novas Técnicas.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf> Acesso em: 15.set.2015.

MATOSO, Rui. **Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável.** 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/MATOSOR.%20Cultura%20e%20desenvolvimento%20humano%20sustentavel.pdf>> Acesso em: 20.set.2015.

MEDEIROS, Elano José Rocha de; CAMPOS, Robério Telmo. **Avaliação socioeconômica do Programa Reforma Agrária Solidária nos municípios de Iguatu e Quixeramobim Estado do Ceará.** UFC, Rev. Econ. Sociol. Rural vol.40 no.4 Brasília, 2012.

MELO, Daniele N. **Visões de discurso, identidade e cultura numa perspectiva multiculturalista.** Linguagem, n.9, 2009.

MENDES, Luciano; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **O desenvolvimento tecnológico e o pequeno produtor rural**: construção, desconstrução ou manutenção da sua identidade? FGV CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 1, artigo 10, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Democracia e desigualdade**: as contribuições da teoria do reconhecimento. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FERREIRA, Deslandes. Romeu Gomes. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

MIRANDA, Danilo. **Cultura e desenvolvimento humano**. Cadernos Cenpec. v. 5, n. 7, 2010.

MOTA, Dalva Maria da, SCHMITZ, Heribert, SILVA, Josué Francisco da; PORRO, Noemi Miyasaka; OLIVEIRA, Tânia Carolina Viana de. **As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: um estudo de caso em Sergipe. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 03, 2014

PADUA, Juliana Benites; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; GOMES, Eder Pereira. **Agricultura familiar e produção orgânica**: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 14, n. 2, 2013.

PANIKKAR, RAIMON. **La Interpelación Intercultural**. In: ARNÁIZ, GRACIANO GONZÁLEZ ARNÁIZ. El discurso intercultural: prolegómenos a una filosofía intercultural. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S.L, 2002. p. 23-76.

PETRINI, Carlo. **A centralidade do alimento**. 2012. Disponível em:<<http://www.slowfoodbrasil.com/campanhas-e-manifestos/598-a-centralidade-do-alimento>> Acesso em: 08.set.2015.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SILVA. Evandro Henrique Figueiredo Moura da; BERNARDES, Elaine Mendonça. **Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas**: uma análise do Pronaf. UEP. Rev. Adm. Pública - Rio de Janeiro, 721-743, 2014.

ZAMBAM, Cecilia Maria; PIRES, Neuro José. **O reconhecimento moral e a democracia**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), outubro-dezembro 2014.

TOMEI, Patricia Amelia; LIMA, Daniela Arantes Alves ; SOUZA, Alceu. **Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro**. Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE Vol. 13, N. 3. Julho/Setembro. 2014.